



Prezado (a) conselheiro (a),

Estamos encaminhando um clipping de notícias do CNS na mídia, além daquelas com assuntos que o Conselho vem debatendo. A intenção é socializar com os Conselheiros Nacionais a repercussão nos principais jornais.

*Brasília, 04 de agosto de 2010
Folha de São Paulo/SP
Ministério da Saúde | Órgãos Vinculados | SUS*

Prefeitura estuda contratar auditoria externa para OS

*Município pede orçamento para supervisão de hospitais terceirizados
Folha teve acesso a proposta encomendada a fundação privada; oficialmente, prefeitura nega esse projeto
RICARDO WESTIN
DE SÃO PAULO*

A Prefeitura de São Paulo estuda a contratação de uma empresa para auditar as prestações de contas das OSs (organizações sociais privadas) que recebem verba pública para dirigir hospitais e postos de saúde municipais.

A Folha teve acesso à proposta de auditoria feita neste ano, a pedido da Secretaria Municipal da Saúde, pela fundação privada Fipecafi.

Oficialmente, a secretaria nega o plano de implantar a auditoria, mas não contesta a informação de que encomendou o orçamento à Fipecafi.

A decisão de buscar uma fiscalização externa tem origem na dificuldade enfrentada pelos auditores municipais para verificar se as OSs estão aplicando os recursos públicos adequadamente.

Num relatório recente, o Tribunal de Contas do Município descreveu os auditores como "escasso quadro técnico" e de trabalho "falho e ineficiente". A prefeitura não diz quantos são na equipe. No ano passado, as OSs receberam cerca de R\$ 1,4 bilhão para gerenciar UBSs (postos de consulta), AMAs (postos de pronto-atendimento), hospitais, laboratórios de exames e equipes do Programa Saúde da Família.

O orçamento total da secretaria foi de R\$ 5,3 bilhões.

As auditorias também são dificultadas pelo fato de as OSs enviarem suas contas em folhas de papel. A empresa que for contratada terá de informatizar o sistema.

ULTRASSOM E RAIOS-X

Em abril, um grupo de vereadores vistoriou o hospital municipal São Luiz Gonzaga, no Jaçanã (zona norte), e descobriu que a OS Irmandade da Santa Casa de São Paulo não vinha realizando ultrassons e raios-X no hospital, apesar de receber para isso R\$ 1 milhão por ano. "As OSs fazem o que querem", diz a vereadora Juliana Cardoso (PT), da Comissão de Saúde da Câmara.

Segundo a Irmandade Santa Casa, o hospital do Jaçanã não tem feito todos os exames por falta de pacientes que precisem deles.

A Secretaria da Saúde afirma que tem bom controle sobre as parcerias. "Todos os contratos são acompanhados com rigor. Uma equipe acompanha e analisa os resultados de acordo com as metas estipuladas."

E acrescenta: "A cada três meses, a Comissão Técnica de Acompanhamento avalia a produção, a qualidade e as informações em geral sobre os serviços [unidades de saúde]. São observados aspectos financeiros da atuação da instituição parceira [OS]."

Para pesquisador, auditoria é um avanço

José Mendes Ribeiro, da Fiocruz, diz que o maior controle ajudará a preservar o próprio sistema de terceirização

OSs fazem prestação de contas mensais, mas, para a Promotoria, conferência deveria ser mais minuciosa

DE SÃO PAULO

A Prefeitura de São Paulo fará um avanço importante se contratar uma auditoria para verificar os gastos das OSs, avalia o pesquisador José Mendes Ribeiro, da Ensp/ Fiocruz (Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz).

Para Ribeiro, a auditoria externa é necessária porque a crescente terceirização de hospitais e postos de saúde pode "ameaçar esse modelo de gestão da saúde pública".

"Quando há poucos contratos, o poder público consegue olhar minuciosamente cada um. Quando o modelo se massifica e os contratos se multiplicam, o poder público perde essa capacidade de controle", explica.

Os primeiros convênios da Prefeitura de São Paulo com as OSs foram assinados em 2001. Hoje, dirigem ao redor de 250 estabelecimentos.

Ribeiro ressalta ser essencial que o resultado das auditorias se torne público: "Precisa haver transparência".

O promotor Arthur Pinto Filho, do Ministério Público do Estado de São Paulo, também diz apoiar essa possibilidade. A Promotoria, aliás, tem ações ajuizadas contra a Secretaria Municipal da Saúde em que pede mais controle nas parcerias.

"A prefeitura não tem condições de fazer o controle. São pouquíssimos os funcionários. As contas chegam, mas fazem só uma conferência formal. Não olham detalhadamente", diz.

Ele exemplifica: "Quanto a OS paga, com dinheiro público, por um esparadrapo? Muito? Pouco? Não sabemos. É um perigo, já que as OSs não compram por licitação".

Até agora, 24 entidades receberam da Secretaria Municipal da Saúde o título de OS.

CONTROVERSO

As OSs são entidades privadas sem fins lucrativos. Quando assumem um hospital, ficam obrigadas a atingir metas de consultas, exames e cirurgias.

E, para cada unidade de saúde, fazem uma prestação de contas mensal. A OS enumera o gasto com remédio, salário de médicos, exame, material de limpeza etc.

A parceria com OSs surgiu no Brasil no final dos anos 90 e atualmente é adotado por vários Estados e prefeituras.

Entidades como o Banco Mundial dizem que esse modelo é mais ágil e econômico.

Quando é dirigido pelo poder público, o hospital precisa abrir licitação para comprar, concurso para contratar e sindicância para demitir.

Com as OSs não. Assim, as unidades de saúde públicas terceirizadas resolvem seus problemas com rapidez.

O modelo, por outro lado, é criticado por entidades como o Conselho Nacional de Saúde. Citam a falta de controle sobre a verba pública.

O Supremo Tribunal Federal deverá julgar uma Adin (ação direta de inconstitucionalidade) que questiona as parcerias com as OSs.

(RICARDO WESTIN)

Brasília, 04 de agosto de 2010

Agência UnB/DF

Ministério da Saúde | Órgãos Vinculados | Conselhos de Saúde

Conselhos de Saúde são ineficientes e não representam a população

Pesquisa com 51 conselheiros revela que eles se sentem perdidos e manipulados. Metade desconhece direitos do usuário do SUS

Juliana Braga

Secretaria de Comunicação da UnB

Pesquisa da Faculdade de Saúde mostra que, no entorno do DF, os Conselhos Municipais de Saúde (CMS), criados para fazer o controle social do Sistema Único de Saúde (SUS), são ineficientes, formados por pessoas despreparadas e com participação popular pouco diversificada. Faltam programas de formação para os conselheiros e há pouca representatividade de mulheres, negros e índios nas reuniões.

O conselho de saúde é um órgão comunitário permanente, com função de atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros. Todos os municípios do país possuem um conselho de saúde. Os conselhos precisam ter representantes do governo, dos profissionais de saúde e da comunidade. Em sua tese de doutorado, o

pesquisador Márcio Pereira entrevistou 52 conselheiros de 20 municípios da Rede Integrada de Desenvolvimento (Ride) do Distrito Federal, que inclui o DF mais os municípios do entorno. Ele queria verificar o perfil dos conselheiros e a organização dos conselhos.

Márcio constatou que 41% dos entrevistados conhecem pouco sobre a política de saúde do país. O percentual de quem sabe pouco ou nada sobre os direitos dos cidadãos é ainda maior: 54,9%. O número dos que entendem a importância da participação social também é baixo. Somente 25,5% dos conselheiros dão valor à participação da população nas decisões. Esses números impressionam ainda mais quando se analisa o nível educacional dos conselheiros: 80% deles completaram o ensino médio. Metade desses, 40%, possui diploma de nível superior.

Segundo Márcio, a causa de tanta desinformação é a falta de capacitação para os conselheiros. Dos 51 entrevistados, somente cinco receberam algum tipo de capacitação específica. “Faltam informações até sobre as atribuições dos conselheiros. Eles se sentem perdidos e manipulados”, destaca. Segundo ele, programas de educação continuada podem resolver o problema e ampliar a capacidade de decidir dos conselheiros.

REPRESENTATIVIDADE – Outro dado revelado na pesquisa é a pouca diversidade entre os conselheiros. Os homens representam 59,6% dos entrevistados. A maior parte (65,3%) tem entre 30 e 49 anos. Mais da metade (61,5%) são funcionários públicos e 51% entraram no conselho por meio de indicação da Secretaria Municipal de Saúde.

“Trata-se de um poder elitista, com exclusão das mulheres, dos jovens, dos negros e dos índios”, critica. Márcio defende que é necessário reverter esse quadro, promovendo a democracia dos saberes. “Não se aumenta poder sem aumentar os saberes. É preciso reconhecer a importância da diversidade”, destaca.

Um dos motivos para a baixa diversidade é o fato de que os conselhos são espaços desconhecidos para a maioria da população. “A participação popular é embrionária, em razão da própria dificuldade dos conselhos em divulgar seu trabalho e garantir a aproximação da comunidade”, explica.

Esse quadro faz com que a intensidade da democracia nos conselhos seja baixa. Os conselhos são focados na atividade burocrática de validar ações dos hospitais. “A lógica de eficiência do mercado prevalece em relação à ideia de participação social. É como se não houvesse tempo para a democracia”, aponta. Sem formação adequada sobre seu papel, o conselheiro não consegue exercer seu poder de decidir com base no interesse da população. “Ele fica entre a cruz e a espada. Não sabe se defende o gestor ou o usuário do sistema”, afirma.

Expediente

Carta Eletrônica do CNS

Publicação do Conselho Nacional de Saúde - Ano VI – 10 de agosto de 2010.

Secretaria Executiva do CNS

Coordenação de Comunicação e Informação em Saúde